

## Introdução

A ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima iniciou o seu projecto a 31 de Dezembro de 1991. Dá-se assim início à intervenção do LEADER I no Vale do Lima, que veio a encerrar em 31 de Dezembro de 1994, marcado pela concretização de todos os objectivos propostos e lançando uma nova filosofia de actuação entre todos os actores do desenvolvimento local, entidades públicas e privadas.

A continuação deste projecto no âmbito do LEADER II foi equacionada ao longo de 1994, com a redefinição da zona de intervenção, realizando-se a 14 de Julho a reunião da Assembleia Geral da ADRIL que aprovou definitivamente a candidatura, que culminou com a credenciação da ADRIL a 6 de Maio de 1995. A 25 de Abril de 1996, é assinada a Convenção Nacional, dando-se início a uma nova fase que se prolongou até 31 de Dezembro de 1999.

Foram assim lançadas as bases para a continuação de um projecto que se tem revelado do maior alcance para o desenvolvimento do Vale do Lima e que é um exemplo de cooperação institucional ao nível local, nacional e transnacional.

A ADRIL é constituída por entidades representativas de todos os sectores da economia local e que são os principais actores do desenvolvimento do Vale do Lima. O sector público está representado pelas quatro Câmaras Municipais da zona de intervenção (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), pela VALIMA -Associação de Municípios do Vale do Lima, PNPG – Parque Nacional da Peneda/Gerês, RTAM – Região de Turismo do Alto Minho e ISPVC – Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo.

O sector privado está representado pelas seguintes associações:

TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez, Associação Empresarial de Ponte de Lima, ARVAL - Artesãos Reunidos do Vale do Lima, Adega Cooperativa de Ponte da Barca, AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, Adega Cooperativa de Ponte de Lima, AAVL - Associação dos Agricultores do Vale do Lima, Associação Empresarial de Viana do Castelo, AEVAL - Associação Empresarial Val do Límia e CEVAL – Conselho Empresarial do Vale do Lima.

A área de intervenção da ADRIL tem inúmeras potencialidades, que para além de muitas delas aproveitadas, para o desenvolvimento do Vale do Lima, existem ainda motivos para recuperar, valorizar e dinamizar o vasto património existente nesta região, dando sustentabilidade e melhoria de vida das populações rurais, pois é por elas que deve começar e basear-se toda uma estratégia de desenvolvimento rural integrado.

Geograficamente, o Vale do Lima caracteriza-se por situações distintas, onde a jusante existe uma zona montanhosa intensa, com formações graníticas de grande extensão, onde a altitude pode ir até aos 1200 m, decrescendo ao longo do vale, atingindo altitudes de 100 m a montante, definindo por si só, diferentes variações de temperatura e índices de pluviosidade.

Tendo ainda a agricultura um papel de importância na região, declínio da mesma no Vale do Lima é inexorável e todos os indicadores apontam para um processo de esgotamento progressivo. Os produtores agrícolas que trabalham a tempo total nas explorações são cada vez em menor número, desenvolvendo mais actividades exteriores remuneradas. Da população agrícola, que gravita em torno da

exploração, uma parte significativa, são jovens numa situação expectante, procurando entrar no mercado de trabalho, noutras actividades.

**Quadro 1. Indicadores Agrícolas**

<i>Indicadores</i>	<i>Minho-Lima</i>	<i>Vale do Lima (ZI)</i>	<i>Arcos de Valdevez</i>	<i>Ponte da Barca</i>	<i>Ponte de Lima</i>	<i>Viana do Castelo</i>	<i>Viana do Castelo (ZI)</i>
<b>N.º Explorações</b>	16 735	9 115	3 081	1 123	3 729	2 384	1 182
<b>SAU (há)</b>	68 273	42 511	16 675	10 784	10 732	7 110	4 320
<b>Blocos/Exploração</b>	8,5	8,2	7,1	12,9	5,5	7,2	7,3
<b>Pop. Agrícola</b>	57 799	31 865	9 005	3 764	14 284	9 703	4 812
<b>Produtores - Total</b>	16 511	8 998	3 037	1 111	3 673	2 369	1 177
<b>Homens</b>	8 842	4 560	1 681	589	1 796	1 128	494
<b>Mulheres</b>	7 669	4 438	1 356	522	1 877	1 241	683
<b>Trabalho Exploração (N.º produtores)</b>							
<b>&gt;0&lt;50%</b>	3 634	1 710	597	140	672	532	301
<b>&gt;=50 a &lt;100%</b>	8 598	4 832	1 778	761	1 621	1 057	672
<b>Completo</b>	4 279	2 456	662	210	1 380	780	204
<b>Trabalho Exploração (% Produtores)</b>							
<b>&gt;0&lt;50%</b>	22, 01	19	20	13	18	22	26
<b>&gt;=50 a &lt;100%</b>	52, 07	54	59	68	44	45	57
<b>Completo</b>	25, 92	27	22	19	38	33	17
<b>Actividade Exterior Remunerada</b>							
<b>Principal</b>	2 356	1 148	369	89	542	305	148
<b>Secundária</b>	260	126	50	15	42	30	19

Fonte: INE

O Turismo em Espaço Rural, assume hoje um papel preponderante para diminuir esta tendência, sendo neste sentido que a ADRIL vem trabalhando nestes últimos anos, aliando o vasto espólio arquitectónico, ambiental, cultural ao desenvolvimento integrado das populações rurais que carecem de meios para se fixarem nas localidades. Não é fácil dominar o êxodo rural, mas com diferentes acções de desenvolvimento, o apoio junto das populações e o conhecimento das mesmas é fundamental para que se encontre algum equilíbrio populacional.

As iniciativas levadas a cabo pela ADRIL, quer no LEADER I quer no LEADER II, tiveram um forte impacto na região, demonstrado pelos resultados favoráveis na recuperação do investimento.

Relativamente ao LEADER I, podemos hoje concluir que gerou grandes transformações na região, sobretudo nas zonas interiores do Vale.

- Difundiou-se o desenvolvimento turístico, que inicialmente se concentrava na faixa litoral e nas maiores aglomerações urbanas;
- Alargou-se a oferta a faixas sociais e etárias com difícil acesso aos benefícios do turismo, com múltiplas oportunidades e a preços reduzidos;
- Criaram-se excelentes condições de relacionamento social e para a troca de experiências entre a população rural do interior e a população urbana, incluindo um número sempre crescente de estrangeiros;
- Recuperou-se um conjunto significativo de exemplares do nosso património cultural e, sobretudo, despertou na população uma relação de afectividade e identificação com esses valores, que tendencialmente se perdia;
- Arreigou-se nessa mesma população a obrigação moral da salvaguarda do património comum e da sua transmissão intergeracional e criaram-se condições reais, nomeadamente pelo carácter demonstrativo das iniciativas, para a sua efectivação;
- Desencadeou-se um processo de aculturação e educação cívica que motivou outras entidades públicas e privadas a investir na continuidade desta iniciativa;
- Constituiu-se um apreciável complemento à economia familiar dos promotores da oferta turística, criando-se mesmo, em muitos casos, novos postos de trabalho;
- Atenuou-se a tendência crescente de desertificação e envelhecimento das aldeias, com a mobilização da população activa no sector terciário e o incremento das ligações familiares entre membros fixados e emigrados;

O Património, como expoente ou manifestação da cultura, é um dos recursos em torno do qual se podem articular estratégias de

desenvolvimento rural. Assim o entendeu a ADRIL quando elaborou o seu Plano de Acção Local do LEADER II, tomando como eixo de referência o Património em todas as suas vertentes – natural e cultural, paisagístico e arquitectónico, edificado e evocativo.

Entendeu-se que a cultura em toda a sua dimensão material e imaterial constitui a identidade da região, no seu todo e nas especificidades de cada lugar, assumindo-se, com efeito, como um importante recurso a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento.

Os edifícios, as estruturas rurais (anexos agrícolas, caminhos e pontes, muros), os padrões culturais e religiosos, a própria estrutura fundiária, os sistemas de cultivo, o aparato dos ofícios, foram construídos para responder às necessidades sociais, económicas e culturais das gerações que nos precederam e traduzem o esforço de desenvolvimento de cada época. Representam, assim, um activo fundamental para conservar viva a memória colectiva, a alma da população rural.

Mas os ajustamentos sociais e económicos que no passado recente marcaram indefectivelmente o nosso país, reflectindo-se de forma diferente em cada região, acentuaram, em muitos casos, assimetrias históricas e recresceram distorções que deixaram marcas profundas no habitat e no equilíbrio da paisagem. Produziram-se, assim, claras roturas por efeito da inadaptabilidade das estruturas tradicionais aos padrões e exigências de uma qualidade de vida para a qual uma grande maioria da população, se bem que ansiosa e justamente credora, não estava ainda em perfeita sintonia.

À incapacidade das tutelas públicas na gestão da mudança acrescia o sentimento, por parte da população, de que o passado evocava privações, falta de conforto, uma vida dura que pretendiam esquecer, pelo que todas as referências, mormente as edificadas, que lhe recordavam, mesmo como testemunhas passivas, esse pesadelo,

constituíam assombrações que urgia derrubar ou pelo menos, reformular.

Esta mentalidade, inicialmente difundida na classe emigrante e depois generalizada com o apoio ou, pelo menos, com a apatia da sociedade culta, acabaria por provocar uma reacção a favor da reabilitação do património, da redescoberta da sua autenticidade e de um novo respeito pelo passado. Este posicionamento, já então alinhado com o que de mais avançado se fazia em toda a Europa, encontrou mesmo soluções práticas que viabilizavam economicamente a recuperação e a conservação, conferindo ao Património um desempenho determinante na promoção do desenvolvimento rural.

Foi nesta perspectiva que o LEADER II se ajustou à realidade do Vale do Lima. A aposta feita na versão anterior, com a reconversão pioneira de algumas estruturas rurais orientadas para o Turismo e a produção local, poderia ser potenciada em torno de um denominador comum que despertasse sinergias numa articulação integrada desses projectos e de outros que viessem a ser contemplados. Esse denominador comum foi, por opção assumida, o Património.

Foi possível, assim, reforçar a oferta de alojamento turístico do Soajo com uma nova acção no Lindoso, corrigindo pontualmente alguns aspectos técnicos da intervenção. Recuperaram-se 19 casas que tiveram efeito multiplicador, gerando iniciativas semelhantes dentro e fora destes aglomerados e motivando as próprias autarquias para beneficiar o espaço público. A aldeia do Soajo é hoje um lugar de referência nos roteiros do património, com uma boa oferta de serviços e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

O sucesso destas experiências induziu dentro do próprio Programa outro tipo de iniciativa-piloto — o reforço de centralidades nas freguesias periféricas de habitat disperso. Com este projecto, as freguesias com a população pulverizada ou agrupada em pequenos

aglomerados indistintos, desprovidas de identidade própria e susceptíveis de ceder a processos de aculturação estranha, poderiam reforçar uma centralidade representativa, em que todos se revissem. Nasceu, assim, o projecto dos Centros Cívicos, testado em três freguesias com características de ordenamento distintas, sendo já perceptível a receptividade local e o impacto gerado. Mais uma vez o Património foi a pedra angular desta nova iniciativa. Pequenas intervenções no edificado que, em alguns casos, não passaram de mera sugestão a ter em conta em próxima oportunidade; criação de um serviço de interesse público ou de um pequeno equipamento capaz de gerar animação e actividade, à custa da recuperação de um edifício mais significativo; melhoria da imagem do espaço público (remoção de fios aéreos, utilização de materiais tradicionais, alguma arborização e jardinagem, reintegração de elementos relevantes do edificado, colocação de mobiliário urbano ou instalação de sinalética).

Também no capítulo das Itinerâncias, as temáticas sugeridas justificaram uma ou outra publicação e algumas intervenções pontuais em valores assinaláveis do Património natural e cultural – o Caminho Português de Santiago, o Itinerário do Românico, os moinhos da Montaria ou o ecossistema da Veiga de S. Simão foram novos exemplos de como o Património pode constituir o argumento forte para um desenvolvimento sustentado e contribuir, simultaneamente, para reforçar a identidade cultural de uma região.

Para concluir esta abordagem é conveniente registar o contributo do Património, em todas as suas vertentes, para tornar possíveis os projectos de cooperação que a todos os níveis se verificaram no âmbito do LEADER II – ao nível local, com a criação do Turismo de Aldeia e a intervenção nos Centros Cívicos; ao nível regional, com a recuperação de três antigos edifícios, adaptando-os a Centros de Mostra de Produtos Locais; ao nível nacional, envolvendo parcerias com outros agrupamentos LEADER, que conduziram à constituição da ATA – Associação do Turismo de Aldeia e da CENTER – Central

Nacional de Turismo no Espaço Rural; e ao nível transnacional, integrando o esforço comum de diversos países da União Europeia na consolidação do Label “Aldeias de Tradição”, onde, mais uma vez, o Património é a referência central e o pilar do seu sucesso.

É nesta perspectiva de desenvolvimento que surge a candidatura à Medida 7.1 do Programa Agris, dando continuidade ao trabalho realizado por esta Associação, para que cada núcleo rural se valorize e dê melhores condições de vida às populações.

A candidatura parte como fio condutor duma estratégia levada a cabo pela ADRIL, no qual se lança mais uma pedra na construção do desenvolvimento integrado, partindo dum diagnóstico mais personalizado num determinado núcleo, avaliando as potencialidades dum determinado território bem como os seus estrangulamentos.

O diagnóstico pressupõe, ainda, a sensibilidade da equipa que trabalha no terreno, para identificar os problemas do centro rural, envolver toda a população num trabalho conjunto de dinamização, fazer-lhes sentir a importância da sua localidade, bem como a sua própria importância no desenvolvimento da mesma.

O diagnóstico elaborado parte de um estudo do local, que embora numa forma resumida, estabelece um conjunto de informações necessárias à intervenção. O diagnóstico das condições existentes, das potencialidades, dos estrangulamentos, pontos fortes e pontos fracos, irão permitir definir uma linha de actuação no futuro, aquando a implementação do Plano de Intervenção.



## Metodologia

A recolha de dados para a elaboração do Plano de Intervenção, baseou-se na análise dos locais a intervir, onde o objectivo foi essencialmente actuar em zonas mais desfavorecidas, e onde fosse possível conciliar as mais valias existentes do local, passando obviamente pela valorização e melhoramento dos espaços públicos para benefício de toda a população.

Numa primeira fase, com a colaboração da VALIMA, foram sugeridas pelas Câmaras Municipais do Vale do Lima, vários núcleos onde se previa a actuação da Medida, partindo do prévio conhecimento do âmbito de actuação da mesma.

Numa segunda fase, depois de intensificados os locais a intervir, foram contactados os Presidentes de Junta para reunir os potenciais promotores, para ser publicamente apresentada a Medida junto da população para que se comesçasse a elaborar o levantamento das situações a intervir.

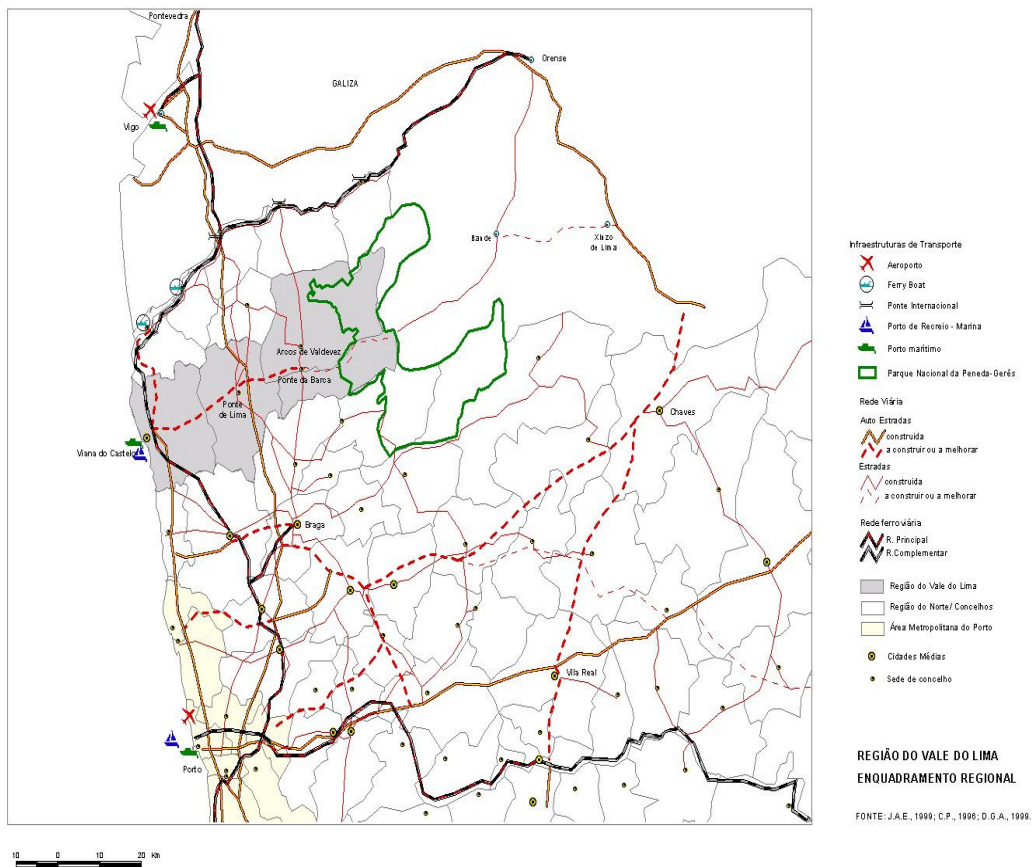
Foram constituídas equipas que trabalharam junto das pessoas, com o apoio da autarquia, onde está incluído o núcleo da passagem, cuja iniciativa foi divulgada à população. Foram levantados e fotografados possíveis actuações, com o preenchimento de uma ficha que descreve os trabalhos a elaborar e quantifica os respectivos custos.

Paralelamente foram recolhidos dados estatísticos referentes às freguesias, para uma melhor caracterização da população e realizaram-se reuniões de trabalho, que envolveram os agentes locais. Foram ainda contactadas diversas instituições para recolha de informação complementar, como a Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho, Câmaras Municipais, Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação de Municípios do Vale do Lima – VALIMA.

## Localização Geográfica

O Núcleo Rural da Passagem , está integrado na freguesia de Moreira de Geraz do Lima, freguesia com uma área aproximadamente de 4 km<sup>2</sup>, onde reside uma população de 563 habitantes, concelho de Viana do Castelo, distrito de Viana do Castelo, região do Alto Minho.

Espraidada na Ribeira Lima, na sua margem esquerda, a freguesia de Moreira de Geraz do Lima partilha a nascente com a de Vitorino das Donas, do limítrofe município de Ponte de Lima, a sul com a de Santa Maria de Geraz e a poente com a de Deão.



## Caracterização Edafo-Climática

A freguesia de Moreira de Geraz do Lima, insere-se na zona ribeirinha do rio Lima, cuja altitude vai até aos 200 m.

A disposição das barreiras montanhosas faz com que o Vale do Lima seja dominado por uma muito elevada humidade relativa e por abundantes chuvas, embora irregularmente distribuídas ao longo do ano. A influência atlântica faz-se sentir na moderação do clima, como provam as temperaturas amenas verificadas.

Ainda que com manchas de transição pouco definidas, podem encontrar-se três zonas distintas. Uma zona de várzea, com altitudes inferiores a 100 m, onde predominam as terras planas e férteis, e que se estende desde o litoral oceânico até às várzeas do Lima e seus afluentes. Uma zona de meia encosta, com altitudes médias compreendidas entre os 100 e os 400 m, que o homem ao longo dos tempos foi armando em socalcos e terraços.

Moreira de Geraz do Lima, reúne estas duas situações, onde na zona de meia encosta o relevo a mais acentuado e denso, predominando solos franco/arnosos, o lugar da Passagem fica no sopé da freguesia o que a caracteriza por uma zona de várzea, com um relevo bastante menos acidentado, e onde os solos são de textura mais arnosa desvios à proximidade do rio Lima.

O clima nesta localidade embora em tudo semelhante ao concelho de Ponte de Lima, é caracterizado por invernos mais amenos quando comparados com as zonas de montanha, com um aumento significativo da humidade devido à proximidade do mar, os verões são quentes mas menos secos que no interior, a pluviosidade tal como acontece na restante ribeira lima, pode variar dos 1000 a 2000 mm anuais.

## Caracterização Demográfica

A população residente do Núcleo Rural é de habitantes 628 indivíduos (Censos 2001), distribuída por uma área de 4 km<sup>2</sup>.

### **Quadro 1 – População Residente**

<b>População Residente</b>					
	<b>1981</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>Var 91/81</b>	<b>Var 01/91</b>
<b>Moreira Geraz do Lima</b>	543	563	628	3,7%	11,5%
<b>Viana do Castelo</b>	81.009	83.095	88.409	2,6%	6,4%
<b>Vale do Lima (ZI Leader)</b>	104.482	98.564	97.274	-5,7%	-1,3%

Como podemos verificar no quadro, a população neste caso aumentou, o que significa que este local tem características e potencialidades para se instalarem jovens, embora o núcleo rural, concretamente o lugar da Passagem, pelas consultas feitas no terreno, e pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, a tendência seja contrária ao resto da freguesia, pois houve população que saiu do local, como houve também o abandono de algumas das habitações existentes.

### **Quadro 2 – Distribuição Etária da População**

<b>Estrutura Etária da População Residente</b>				
	<b>1991</b>	<b>%</b>	<b>2001</b>	<b>%</b>
<b>0 -14</b>	141	25,0%	116	18,5%
<b>15-24</b>	107	19,0%	100	15,9%
<b>25-64</b>	251	44,6%	319	50,8%
<b>+ 65</b>	64	11,4%	93	14,8%

Tal como acontece em diversas freguesias marcadamente rurais do Vale do Lima, o índice de envelhecimento é elevado. Neste caso, há um certo ponto de equilíbrio, o que poderá influenciar o

desenvolvimento, sendo a população entre os 25-64 anos mais de metade, existe nesta facha etária capacidade de dinamização do núcleo rural.

### Nível de Instrução da População Residente

**Quadro 3 – Nível de Instrução da População Residente**

<b>Nível Instrução População</b>		
	1991	2001
Nenhum Nível de Ensino	132	92
1º Ciclo Ens. Básico	244	243
2º e 3ªCiclo Ens. Básico	112	185
Ens. Secundário	73	78
Outro Ensino	2	30

A freguesia de Moreira de Geraz do Lima apresenta um determinado ponto de equilíbrio neste sentido, uma vez que o nível de instrução é médio, verificando-se uma diminuição da taxa de analfabetismo, e um aumento significativo no item – outro ensino, que engloba ensino superior e vias profissionalizante.

O lugar da Passagem, contribui em muito para o aumento da taxa de analfabetismo, onde se encontram algumas pessoas neste escalão, bem como a maior parte tem escolaridade mínima. O maior nível de instrução da freguesia, em conjunto com a dinamização da população do lugar da passagem, trará sem dúvida resultados benéficos para a freguesia em geral, permitindo ao lugar da Passagem desenvolvimento sustentável potenciando toda a zona envolvente, fundamentalmente o carácter histórico que este local teve no crescimento da freguesia.

## Alojamento Familiar

Dentro desta área existem zonas que apresentam alguma heterogeneidade em relação aos valores de alojamento com “*ocupante ausente*”.

A existência de aglomerados habitacionais nesta área com características rurais típicas, os quais, quer pela pelas características arquitectónicas dos seus imóveis, quer pela existência de bens históricos de extrema importância.

### **Quadro 4 – Alojamentos Familiares Clássicos**

<b>Alojamento Familiar</b>	
Famílias Clássicas	180
Alojamentos Familiares Clássicos	251
Alojamentos Famili. Res. Habitual	177
Alojamento Ocupados para uso Sazonal ou Secundário	59
Alojamentos Vagos	15
Alojamentos c/ Esgotos	175
Alojamentos s/ Esgotos	2
Licenças concedidas p/ construção de edifícios de Habitação	8
Nº Médio Individ. P/ alojam. Familiar (R. Hab)	3,55

### Equipamentos e infra-estruturas Básicas

Depois de constatada a realidade no terreno, podemos afirmar de forma categórica que neste Núcleo rural as infra-estruturas básicas apresentam um baixo grau de satisfação, o quadro n.º 5 indica as infra-estruturas em toda a freguesia, que se encontram separadas do lugar da Passagem pela estrada nacional que liga Viana do Castelo a Ponte de Lima. O cenário para o núcleo rural é então mais disperso da realidade do resto da freguesia, estando esta população privada de qualquer tipo de comércio, bem como das estruturas de utilidade pública existente na mesma.

**Quadro 5 – Infra-estruturas Básicas**

<b>Equipamentos e Infra-estruturas Básicas</b>	<b>Existe / Não Existe</b>
Minimercado	Existe
Rede Pública Abastec. Água	Existe
Rede Pública de Aguas Residuais	Não Existe
Recolha Lixo	Existe
Estação ou Posto Correio	Não Existe
Ensino Básico 1º Ciclo- Público	Existe
Centro de Saude ou Extensão	Não Existe
Farmácia	Não Existe
Centro de Dia	Não Existe
Biblioteca	Não Existe

Das infra-estruturas básicas podemos constatar que para a população do lugar da Passagem, recorrer à escola primária torna-se extremamente complicado, uma vez a distância é considerável (cerca de 1 km), para além desta condicionante, a aquisição géneros alimentícios de primeira necessidade é longínquo dentro dos parâmetros normais da maioria dos núcleos do Vale do Lima.

## Acessibilidades

As acessibilidades no interior do Vale do Lima têm vindo a sofrer algumas pequenas melhorias, mais qualitativas do que quantitativas, mantendo-se a acessibilidade externa numa situação muito mais favorável do que a interna.

Este local, tem como paradoxo precisamente as acessibilidades, pois se por um lado a principal via de comunicação é a estrada nacional que liga Viana do Castelo a Ponte de Lima, por outro lado esta mesma acessibilidade divide o núcleo do resto da freguesia, prejudicando-a no acesso às infra-estruturas como referido anteriormente.

Acessibilidades principais, são como foi já referido anteriormente, as estradas nacionais que ligam Viana do Castelo a Ponte de Lima, quer do lado onde se situa o lugar da Passagem, quer pelo lado oposto do rio, estão ligadas pela ponte de Lanheses a cerca de 1 km do local. Beneficia ainda do IC1, distando do mesmo cerca de 10 km, bem como, da auto-estrada, da qual dista cerca de 15 km tendo com referência a vila de Ponte de Lima.



### Saúde e Segurança Social

O nível de atendimento da população dos serviços de saúde e assistência social nesta área, está muito distante de ser satisfatório – ver Quadro n.º 5.

A descrita situação, associada à considerável percentagem de população de idosos residente neste Centro Rural, com grandes dificuldades de deslocação, constitui um factor altamente penalizador da qualidade de vida dos residentes, contribuindo para o acentuar das diferenças entre o interior rural e as freguesias e concelhos mais próximos do litoral sempre privilegiados neste tipo de serviços.

## Estrutura Económica e Meios de Produção

	<b>Lugar da Passagem</b>
Taxa de Actividade	34,4 (1991)

A população residente no lugar da Passagem, tem uma taxa de actividade essencialmente ligada à pesca, seguindo-se a agricultura onde predomina o cultivo de vinha para produção de vinho verde, como também, a existência neste local de um pequena empresa florícola (produção em estufa).

No âmbito da freguesia, domina a actividade agrícola, cuja superfície agrícola utilizada, é de 102 ha (RGA 1999), seguindo-se o sector secundário onde diversas pessoas trabalham nas indústrias locais, sendo o terciário o menos representativo de todos.

### Actividade Agrária

A actividade agrária em Moreira de Geraz do Lima, representa ainda hoje uma boa parte da actividade exercida na freguesia, sobretudo a produção de vinha, a existência de explorações agrícolas ligadas à produção de bovinos de leite e também explorações ligadas à actividade hortícola.

#### **Quadro 6 – Actividade Agrária**

<b>Actividade Agrária</b>	
Area Total Freguesia	400 ha
Superfície Destinada à Agricultura	
Superfície Agrícola Utilizada	102 ha
Explorações Agrícolas ( nº)	48

A realidade do lugar da Passagem, é distinta, uma vez que a actividade principal é a pesca no rio Lima, onde a lampreia assume preponderância, pois são já ancestrais as actividades piscatórias neste local, onde predominam ainda hoje para além, do cais, os atracadouros de outros tempos.

Existe ainda uma exploração de produção de flores, sendo a restante superfície preenchida com a produção de vinha, milho e batata.

## Património Cultural

Cruzeiro

Alminhas

Capela da Senhora das Candeias

Marco Milenar

Cais de embarcação

Sepulturas medievais da Igreja Paroquial

A riqueza cultural do lugar da Passagem é extremamente significativa, o que dá ênfase e marca este local como um ponto de referência nas itinerâncias do Vale do Lima.

O lugar da Passagem, idílico recanto da ribeira limiana, assegurava a passagem de barco entre Moreira de Geraz do Lima e Lanheses, e vice-versa, durante séculos. A velha calçada desce até ao leito fluvial era palmilhada pelos transeuntes que se dirigiam à feira de Lanheses, ou mais longe, em peregrinação a Santiago de Compostela.

O barco, puxado à vara, transportava homens e animais. Na década de sessenta do século passado a quem fazia o curto trajecto eram cobrados 50 centavos, estando os naturais do antigo concelho de Geraz do Lima isentos de taxa.

Este ancião direito está ainda hoje consagrado junto ao pequeno cais de embarque numa grande pedra de granito, de quatro faces, tendo cerca de 1900 mm acima do solo, 650 mm de comprimento 330 mm de largura. Neste monolítico, emparelhado com o bonito cruzeiro aí existente, estão epigrafadas as obrigações e preços de antanho.

A secular e humilde capela de invocação a S. João Baptista, paredes meias com a Casa da Quinta da Passagem, foi solenemente inaugurada no dia 28 de Outubro de 1877, em acto presidido por Reverendo Padre Manuel Joaquim Gonçalves Veira de Sá.

A licença para a construção data de 4 de Fevereiro de 1875, concedida por D. José d’Azevedo e Moura, Arcebispo e Senhor de Braga e das Espanhas.

### Património Natural

O património natural deste local, é de uma beleza extraordinária, possuindo uma extensão de areal muito ampla, sendo a maior extensão de todo o Vale do Lima.

Em toda esta área está implantado, uma diversidade de plantas e arbustos onde abundam o amieiro, o salgueiro, e encontram-se ainda neste local espécies exóticas tais como a austrália e a mimosa.

Toda esta vegetação ripícola é de extrema importância para a manutenção e caracterização do leito do rio, evitando a erosão das margens.

## Estratégia

O núcleo rural da Passagem para além da sua relevância histórica, é hoje um ponto central nas Itinerâncias do Vale do Lima, quer pelo Itinerário do Românico, pelo Caminho de Santiago, Itinerário da Ribeira Lima, Roteiros Gastronómicos.

A estratégia deste núcleo Rural, é atrair de novo a importância das barcas, as travessias do rio enquadradas em acções dinamizadoras no sector turístico ambiental e rural da região.

Para além destes aspectos, a ADRIL considera que a implementação desta medida neste local irá permitir reforçar projectos desenvolvidos no âmbito do LEADER I e LEADER II do Vale do Lima, constituído um equipamento de grande valia essencialmente no aproveitamento do rio Lima no seu anterior, permitindo que este seja percorrido numa grande parta da sua extensão.

Toda a estratégia pressupõe o desenvolvimento da zona rural do local, preservando o valioso património humano, cultural, ambiental e arquitectónico existente, aliando a sua integração ao lançamento no futuro do circuito do Vale do Lima.

A preservação de pequenos núcleos como este, poderá parecer exagerada a afirmação, é vital, porque a degradação ambiental a cada vez maior em todas as partes do globo, a existência das mesmas é cada vez mais escassa, estaremos a tempo de revitalizar locais com a Passagem, para que a população possa usufruir das valias naturais que sempre teve e não querera perder, o que de certo modo galvaniza a população local, e os orgulha por terem algo que faça reconhecer as suas freguesias.

**Pontos Fortes:**

- *Existência de um grupo de pessoas interessadas em investir, na recuperação patrimonial e ambiental;*
- *Consciência da situação de subdesenvolvimento;*
- *Existência de importante património etnológico;*
- *Existência de importante património construído e ambiental;*
- *Disponibilidade de mercados para produtos e actividades tradicionais dos meios rurais;*
- *Produtos de exploração e agroalimentar de grande qualidade;*
- *Alta percentagem de espaços naturais;*
- *Óptimas características rurais, ambientais e naturais;*
- *Escasso ou inexistente nível de consciencialização sobre o novo modelo do território como unidade dimensionada do mundo económico moderno;*
- *Baixo ou muito escasso nível de difusão dos novos métodos organizativos e produtivos;*
- *Forte identidade cultural da zona;*
- *Riqueza e diversidade do património cultural e natural (arquitectura rural, usos e costumes, artesanato, paisagens, linhas de água, etc.);*
- *Características montanhosas e rurais da zona, extremamente motivadoras do turismo de recreio, lazer, ambiental e de descanso;*
- *Existência de agricultura extensiva, com forte aproveitamento dos recursos naturais, produzindo produtos agrícolas tradicionais sendo alguns deles certificados (carne barrosã, cabrito e mel das Terras Altas do Minho);*
- *Existência de algumas unidades de alojamento turístico em espaço rural.*

**Pontos Fracos:**

- *Adversidade orográfica;*
- *Baixa participação da população nas associações e actividades colectivas;*
- *Baixo nível educativo e formativo da população;*
- *Continua saída dos jovens mais qualificados;*
- *Baixo nível de rendimento;*
- *Taxa de desemprego superior à média nacional;*
- *Maior incidência de desemprego nas mulheres e nos jovens;*
- *Agricultura predominantemente tradicional com baixo índice de rendimento que se encontra em contínua decadência*

- *Baixa disponibilidade de recursos financeiros;*
- *Escassez de meios tecnológicos de informação, comunicação e formação;*
- *Pouca importância para as questões do meio ambiente relacionada com a população;*
- *Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens;*
- *Deficiência nos transportes públicos;*
- *Dificuldades de acessibilidades em certas zonas;*
- *Desequilíbrio interzonais;*
- *Crescimento vegetativo negativo em algumas zonas;*
- *Escassez de infraestrutura de apoio à terceira idade;*
- *Necessidade de melhores acessos à rede de estradas nacionais e no interior das freguesias;*
- *Falta de equipamentos colectivos e serviços de apoio;*
- *Degradação do património edificado;*
- *Reduzida capacidade de investimento;*
- *Fraca presença de outros sectores de actividades.*

Tendo em consideração o exposto e a análise externa e relação continuada dos principais aspectos do Mercado Comunitário, que pode suportar ameaças e oportunidades para as zonas rurais de intervenção desta candidatura, conservando a mesma ordem que se utilizou para descrever os principais aspectos territoriais específicos, determinantes para o desenvolvimento territorial, temos tentado destacar as principais oportunidades e ameaças que cada um supõe para a região em questão. Esta análise foi completada com as principais oportunidades e ameaças que supõem o impacto das principais políticas da União Europeia que incidem sobre o desenvolvimento do território, tal e como se depreende dos acordos globais alcançados no Conselho Europeu de Berlim em Março de 1999, sobre a Agenda 2000.



Estruturas rurais e urbanas

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Novas oportunidades turísticas de consumo (contacto com a natureza, a curiosidade cultural, o contacto humano, a necessidade de recuperar laços telúricos);</li> <li>· O emergir de novas formas de turismo, nomeadamente o turismo ambiental, cultural, etnológico e de aventura;</li> <li>· Os novos conceitos que estão a ser implementados pela reforma da PAC, nomeadamente quanto ao incentivo à prática de uma agricultura extensiva, complementada pela pluriactividade;</li> <li>· Troca de oportunidades económicas urbanas, sobre todo o nível regional;</li> <li>· Emergência de redes funcionais (<i>clusters</i>);</li> <li>· Crescente interdependência campo-cidade;</li> <li>· Troca da agricultura como base económica das áreas rurais;</li> <li>· Incremento dos produtos agrícolas de qualidade e do turismo verde, permitindo uma reorientação e uma diversificação positiva deste sector;</li> <li>· Incremento e propensão em aplicar medidas agro-ambientais nas novas políticas.</li> <li>· Possibilidade de diversificar a produção orientada a satisfazer “nichos” de mercado específicos;</li> <li>· O envolvimento e cooperação de várias entidades locais neste processo (autarquias, associações, população em geral), e o ressurgir de alguma esperança na revitalização do meio rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Continua dispersão urbana;</li> <li>· Crescente segregação social nas cidades;</li> <li>· Fortes pressões sobre o meio ambiente;</li> <li>· Agravamento do processo de despovoamento e abandono das terras, pela diminuição de serviços básicos e o dinamismo das cidades rurais;</li> <li>· Competência internacional crescente sobre a produção agrícola derivada dos acordos do GAT/OMC;</li> <li>· Permanência de inconsistências fronteiriças;</li> <li>· Desigual acessibilidades entre as regiões rurais da Europa;</li> <li>· Tendência de concentração e aparecimento de corredores de desenvolvimento;</li> <li>· Infraexportação de serviços e infra-estruturas em áreas escassamente povoadas, junto com o problema do enlace entre instituições;</li> <li>· Insuficiente conectividade entre redes e entre modos de transporte.</li> </ul>

Património natural e cultural

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Áreas de interesse paisagístico e ambiental;</li> <li>· Progresso considerável na sensibilização para a melhoria da qualidade das águas dos rios e ribeiros;</li> <li>· Em matéria de política de meio ambiente, tem sido adoptada legislação favorável às regiões menos desenvolvidas (directiva <i>habitats</i>);</li> <li>· Aumento da sensibilidade para conservar o património;</li> <li>· Esforços consideráveis para revalorizar áreas rurais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Perda da biodiversidade e áreas naturais;</li> <li>· Fragmentação espacial das zonas protegidas;</li> <li>· Pressão contínua sobre as paisagens culturais;</li> <li>· Pressão sobre o património cultural;</li> <li>· Fortes pressões urbana e turísticas e ameaças de projectos de infra-estruturas;</li> <li>· Tendências a adoptar actividades sobreprodutoras do património.</li> <li>·</li> </ul>

## Objectivos

A implementação deste programa no núcleo rural objecto desta candidatura, tem como finalidade operar em pequenas recuperações e na valorização do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, implementando projectos inovadores e demonstrativos que contribuam para a melhoria de vida dos habitantes desta zona rural e podendo transformar o tecido económico agrário local, criando condições de sustentação da população local, para que esta disponha de rendimentos adequados e atractivos face às condições de vida oferecidas pelos meios urbanos.

Pretende-se com a dinamização, revitalizar e recuperar culturas tradicionais, mitos e ritos que são obra dos próprios agricultores e dos rurais em geral, que começam a desaparecer e que há necessidade urgente de se intervir com alguns apoios financeiros de forma a consciencializar a população para a importância dos seus valores culturais.

O sucesso da implementação e concretização do P.I. obriga à permanência de um técnico superior no terreno para apoiar, acompanhar e orientar os promotores e avaliar a execução das acções bem como o resultado do impacto dos investimentos na zona de intervenção.

A intervenção vai incidir essencialmente na recuperação de fachadas degradadas, valorizando o património rural e criando o enquadramento necessário da zona rural onde se encontram inseridas.

Em termos genéricos, os objectivos caracterizam-se pela salvaguarda do ambiente e paisagem, preservação do património, melhoria da qualidade de vida da população local, incentivar a cooperação entre territórios rurais, promover a recuperação de artes e ofícios em vias de

extinção, incentivar iniciativas económicas associadas a práticas agrícolas e turísticas.

### Beneficiários

Câmara Municipal de Viana do Castelo  
Junta de Freguesia de Moreira de Geraz do Lima  
Particulares

### Tipos de Acções a Desenvolver

- *Infra-estruturas públicas*
- *Dinamização e promoção do núcleo rural*
- *Requalificação de espaços públicos*
- *Recuperação de construções rurais de traça tradicional, através da recuperação das fachadas*
- *Valorização de espaços e itinerários pedonais de interesse histórico-turístico*

## Conclusão

O espaço do nosso mundo rural é caracterizado pela baixa taxa de densidade populacional e pela sua importância relativa da agricultura na economia e na sociedade. A densidade populacional é inferior a cem habitantes por Km<sup>2</sup> e com mais de 20% da população activa ligada à agricultura.

O rendimento das nossas zonas rurais apresentam níveis muito inferiores aos das zonas urbanas ou semi-urbanas, com tendência a acentuarem-se as mutações económicas e sociais, tornando-as mais vulneráveis ao impacto da globalização.

Analisadas as causas da vulnerabilidade verificamos uma contínua redução do peso da agricultura na economia do país, sem que tenham aparecido alternativas credíveis de maneira a manter-se níveis equilibrados com as zonas urbanas e semi-urbanas, tendo-se verificado, pelo contrário, uma progressiva degradação do rendimento dos habitantes das zonas rurais.

O mundo rural tem pouca capacidade para atrair investimentos nos sectores secundários e terciários, por escassez de infra-estruturas de acesso e acolhimento e também, pela localização periférica relativamente aos meios urbanos e conseqüentemente aos grandes mercados.

As condições de vida e de trabalho, principalmente para os jovens, são pouco atractivas no mundo rural, devido à degradação crescente que se tem verificado nos últimos anos. Estas condições não estimulam a população a fixarem-se, as expectativas profissionais são poucas, as infra-estruturas culturais, desportivas, educativas e de saúde são quase inexistentes. Esta escassez de recursos aliada à falta de oportunidades profissionais motivadoras para a população activa, principalmente os

mais jovens, sem ser capaz de lhes assegurar saídas profissionais compatíveis com a sua formação académica ou profissional.

Acresce aos problemas mencionados, os problemas ambientais, que decorrem da poluição, do abandono rural, dos incêndios florestais e da destruição dos terrenos agrícolas.

A preservação do património ambiental, da paisagem, do património rural, da cultura rural, dos ritos e dos mitos, devem estar na base da identidade e da história de um povo.

O Programa AGRIS, através da medida 7.1. permitirá a aplicação prática de muito do que se tem defendido para o mundo rural e seu desenvolvimento. O desenvolvimento do mundo rural deve ser harmonioso, provocando equilíbrios e estabilidade social, podendo através desta medida contribuir-se decisivamente para a implementação de projectos incapazes de se concretizarem sem este incentivo.

Este Programa permitirá o desenvolvimento integrado numa óptica descentralizada, onde a gestão e acompanhamento será muito próxima do promotor, contribuindo, assim, para uma melhor rentabilização dos investimentos a efectuar. Os projectos pretendem-se inovadores e demonstrativos e que tenham como beneficiários directos agricultores e não agricultores, entidades colectivas de direito privado e entidades públicas.

A diversificação de actividades a partir da mobilização dos recursos endógenos, a recuperação do património cultural e paisagístico ligado à valorização dos recursos locais e à criação de emprego, associado às experiências até agora colhidas, serão uma mais valia que nos permite afirmar que o carácter descentralizado e a capacidade de mobilização dos

agentes locais, juntamente com entidades privadas, cooperativas e associativas, com entidades públicas de âmbito regional e local, são um bom exemplo do garante da viabilização dos projectos apresentados e da sua inserção nos objectivos gerais e na estratégia delineada para o núcleo rural em questão.

A revitalização do meio rural que se pretende para cada núcleo rural prende-se com cada um dos espaços rurais, sem repetir os padrões do passado mas, também, sem perder a identidade local e o valor cultural intrínseco da cada localidade.

Por último, importará relembrar que só existirá mundo rural com vida e dinâmico se dispuser de estrutura dinâmicas e da existência de condições que dignifiquem todos aqueles que lá residam.